

O ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO

DEISE MIRANDA VIANNA

Instituto de Física, UFRJ

Este é um assunto que tem sido tratado por diversas entidades em diferentes ocasiões. Tentarei relatar aqui o Seminário promovido pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, ocorrido nos dias 26 e 27 de junho de 1986, na Universidade Estadual de Campinas.

Foram convidados 25 professores, das diversas áreas de conteúdo, que, através de vários anos, vêm discutindo a formação dos professores de 1º e 2º graus.

A SESu propôs, como metodologia de trabalho, a análise de um documento, enviado por ela a cada um dos participantes. Os professores apresentariam sugestões e recomendações e, a partir das discussões em grupo, chegariam a um documento, sugerindo medidas para a atuação da SESu-MEC, visando à renovação e dinamização da política de formação do magistério pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Os diversos pontos abordados no documento foram englobados em quatro questões que deveriam ser analisadas durante os dois dias:

- 1) envolvimento de todos os setores universitários na formação do magistério;
- 2) formas e graus de descentralização no preparo do magistério;
- 3) a superação dos dualismos (teoria/prática, pensamento/ação, conteúdo/processo, ...) na formação do magistério;
- 4) a presença da comunidade como condição decisiva na formação do magistério.

Sem sombra de dúvida, estes são pontos fundamentais para qualquer aprofundamento na discussão sobre formação do magistério. Os cursos de licenciatura nas IES sofrem, por demais, por não terem estas questões resolvidas. Porém sabemos que todas elas têm sido amplamente analisadas, pesquisadas, avaliadas, há muito tempo, por especialistas e pesquisadores. E o que estaríamos, nós, naquele momento, fazendo para resolvê-las, sem levar em consideração todo o material produzido? Por que ali deveríamos sugerir medidas para a atuação da SESu-MEC? Aquele momento passava a ser um momento para a reflexão das questões, sem dúvida. Mas sabíamos que não conseguí

ríamos discutir aprofundadamente e nem tínhamos todos esses dados disponíveis. E o mais importante: não somos os únicos envolvidos nesta problemática e, portanto, muitas outras pessoas devem opinar, ou baseados na prática cotidiana ou na sua pesquisa (aqui entendida como um trabalho sistematizado, avaliado e certamente não desvinculado de uma prática).

Temos, ainda, que considerar dois aspectos que influenciarão a política educacional do país:

- 1) propostas apresentadas pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, analisadas pelo grupo executivo (GERES) e outras entidades (inclusive a ANDES), apresentando modificações e novas propostas;
- 2) a nova Constituição que será elaborada.

Assim, após amplo debate entre os participantes, será encaminhado à SESu/MEC um documento, contendo pontos discutidos pelos dois grupos de trabalho formados nos dois dias de reunião, juntamente com avaliações pessoais sobre o documento inicial e outras sugestões individuais.

Acredito que os pontos a serem encaminhados à SESu/MEC pelos dois grupos possam ser resumidos da seguinte maneira:

- 1) que sejam asseguradas a realização de novos encontros e a continuidade de experiências que visem a melhoria das licenciaturas;
- 2) que o material produzido em inúmeras discussões promovidas pela comunidade, universidades e agências seja reunido e analisado, a fim de que não se perca a trajetória histórica dessa discussão;
- 3) que sejam estimuladas mudanças nos cursos de licenciatura, bem como formas adequadas de avaliação, sem prejuízo da autonomia universitária.

Vale reafirmar que os pontos acima mencionados só poderão ser viabilizados com a valorização do professor, que implica não só em salários compatíveis mas também na sua consciência profissional.

O documento gerado por este Seminário deverá ser encaminhado às Instituições que têm cursos de licenciatura, para ampla discussão entre professores e alunos.